

**Exma. Senhora  
Presidente da Comissão de  
Administração Pública, Ordenamento  
do Território e Poder Local  
Deputada Isaura Morais,**

### **REQUERIMENTO**

Os municípios portugueses estão em turbilhão em consequência do processo de descentralização, que infelizmente está na ordem do dia pelas más razões.

A descentralização de competências para as autarquias locais, peça fundamental para o poder local, não constituiu, como se esperava, uma verdadeira reforma do Estado. A transferência de competências para os municípios continua a ter a oposição da maioria dos responsáveis autárquicos, que consideram que, mais do que efetivas competências, o que está a ser passado é um conjunto de tarefas, com as verbas envolvidas a mostrarem-se dramaticamente insuficientes.

O Governo tinha definido o passado dia 1 de abril como o prazo para descentralizar para os municípios as competências na educação, na saúde e na ação social (esta agora prorrogada para 2023), apesar do baixíssimo ritmo da adesão voluntária ao processo.

Acresce que a ANMP, que deveria ter um papel fundamental na negociação com o Governo em representação das autarquias, foi publicamente acusada de ter feito *“um negócio com o Governo nas costas das autarquias”*, acusação que o GP PSD considera ser muito grave e que necessita de um esclarecimento inequívoco da parte do Governo.

Pelo exposto e por se considerar toda esta situação incompreensível e muito preocupante, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, vêm nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a audição com carácter de urgência da Sra. Ministra da Coesão Territorial para um esclarecimento cabal relativamente a esta matéria.

**Palácio de São Bento, 20 de abril de 2022**

**Os Deputados,**

**Fátima Ramos**

**Firmino Marques**

**João Barbosa de Melo**

**Jorge Paulo Oliveira**